



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ERRATA AO EDITAL Nº 002/2016 – ESO/UEA.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 04/07/2016.

OBJETO: Processo de Seleção Classificatória 2016/2 a alunos da Escola Superior de Ciências Sociais para preenchimento das vagas para Monitoria do Programa de Monitoria da Escola Superior de Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Amazonas, conforme disposto na Resolução n. 073/2013 – CONSUNIV.

1º. Prorroga-se o termino das inscrições para o dia **15/07/2016 (Sexta - feira).**

2º. Inclui-se o item: **2.4.** O aluno poderá submeter-se a mais de uma prova, contudo cada aluno só poderá ser aprovado em uma vaga por curso.

3º. Troca-se a disciplina Introdução ao Estudo do Direito para **Introdução ao Estudo do Direito II.**

4º. Ao item **8** inclui-se a ementa correta das **DISCIPLINAS:** Direito Civil II, Introdução ao Estudo do Direito II, Direito Administrativo I, Direito Constitucional I, Políticas Públicas.

SIGLA	DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
ESO0530	DIREITO CIVIL II	Direito das obrigações: Origens e transformações. Conceito. Requisitos. Relações obrigacionais. Função e estrutura. Fontes obrigacionais. Obrigações civis e naturais. Modalidade das obrigações: Obrigações de dar, fazer, não fazer, solidárias, indivisíveis e alternativas. Elementos. Transmissão das obrigações. Adimplemento e inadimplemento das obrigações. Cláusulas de garantia, de limitação e de exclusão da responsabilidade. Cláusula Penal. Arras. Extinção das obrigações.
	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II	Teoria da norma e do Ordenamento Jurídico. Hermenêutica Jurídica: Interpretação, aplicação, integração do Direito. Relação, situação e fatos jurídicos. Concepções do fenômeno Jurídico (Positivismo, Jusnaturalismo, Normativismo). Noções de Lógica Jurídica. Direito intertemporal. Noções gerais sobre o vínculo jurídico: sujeito de direitos (personalidade e capacidade) e objeto (coisas e bens).



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

	DIREITO CONSTITUCIONAL I	Teoria dos Direitos Fundamentais: conceito, origem e evolução histórica, características, função, titularidade, aplicabilidade, colisão, limitação aos Direitos Fundamentais, núcleo essencial intangível, eficácia, Direitos Fundamentais e tratados Internacionais, classificação. Direitos Individuais e Coletivos na Constituição de 1.988: direito à vida, direito à liberdade, direito à igualdade, direito à segurança, direito à propriedade; direito de nacionalidade e cidadania; direitos políticos, soberania popular e mandato político; partidos políticos e pluralismo democrático; garantias constitucionais: garantias processuais e remédios constitucionais; direitos sociais: direitos econômicos, sociais e culturais e direitos trabalhistas.
	POLÍTICAS PÚBLICAS	Planejamento governamental: o planejamento como política pública. Políticas públicas: conceituação, métodos e avaliação. Opinião Pública e formação da agenda de assuntos públicos. Participação social na formulação de políticas públicas. Processo de decisão na formação de políticas públicas. Instituições públicas e implementação de políticas públicas. Avaliação de impacto das políticas públicas na economia, na política e na sociedade.
	DIREITO ADMINISTRATIVO I	Direito Administrativo. Evolução Histórica. Administração Pública. Regime Jurídico Administrativo. Princípios da Administração Pública. Estrutura da Administração Pública no Estado Brasileiro. Administração Direta. Administração Indireta. Administração Gerencial e o novo paradigma da administração pública gerencial. Poderes Administrativos.

5º. Referente ao item 1.2. (DIREITO) inclui-se a disciplinas ESTÁGIO SUPERVISIONADO I, ESTÁGIO SUPERVISIONADO II, ESTÁGIO SUPERVISIONADO V, DIREITO ELEITORAL, MEDIAÇÃO ARBITRAGEM, PSICOLOGIA FORENSE, DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DIREITO TRIBUTÁRIO II, PROCESSO CONSTITUCIONAL, MEDICINA LEGAL.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

6º. Ao item 8 (**DIREITO**) inclui-se as ementas das **DISCIPLINAS**: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I, ESTÁGIO SUPERVISIONADO III, ESTÁGIO SUPERVISIONADO V, DIREITO ELEITORAL, MEDIAÇÃO ARBITRAGEM, PSICOLOGIA FORENSE, DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DIREITO TRIBUTÁRIO II, PROCESSO CONSTITUCIONAL, MEDICINA LEGAL.

SIGLA	DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
ESO0650	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	Estrutura do Poder Judiciário no Brasil e no Estado do Amazonas; Órgãos da Administração relacionados ao Estado do Amazonas ao Município de Manaus; Prática de Linguagem Forense; Elaboração de Contratos Cíveis e Comerciais; Elaboração de Instrumentos de Procuração e Substabelecimento; Requerimentos Administrativos; Pesquisa de Jurisprudências; Mandado de Segurança Individual e Coletivo; Ação Popular; Ação Civil de Natureza Pública; <i>Hábeas Data</i> ; Mandado de Injunção; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
ESO0830	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	Aplicação dos institutos Processuais Cíveis; Processo de Execução; Processo Cautelar e Recursos. Aplicação dos Institutos Processuais Trabalhistas: Processo de Execução, Processo Cautelar e Recursos.
ESO1020	ESTÁGIO SUPERVISIONADO V	Procedimentos Especiais na Jurisdição Cível: Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei de Alimentos; Lei da União; Lei do Divórcio; Lei do Inquilinato; Procedimento nos Juizados Especiais Cíveis. Procedimentos Especiais de Jurisdição Penal: Lei de Entorpecentes; Lei de Execução Penal; Código Penal.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

	DIREITO ELEITORAL	Conceito, objetivo e fontes do direito eleitoral; relações com outras disciplinas; histórico do direito eleitoral no mundo e sua evolução no Brasil; a atual justiça eleitoral no Brasil; o ministério público eleitoral; o sufrágio; direito político ativo e passivo; direito político positivo e negativo; alistamento eleitoral; garantias eleitorais; escolha e registro de candidatos; propaganda eleitoral partidária; medidas preparatórias à votação; da votação; da apuração; diplomação dos eleitos; recursos eleitorais; recursos na legislação ordinária; recursos eleitorais na constituição; outras formas de impugnações; crimes eleitorais; processo penal eleitoral; direito partidário e partido político.
	MEDIAÇÃO ARBITRAGEM	Proporcionar aprendizagem visando a prevenção e a solução extrajudicial de conflitos no âmbito do direito, por meio da mediação e da arbitragem. Capacitar os alunos a gerirem conflitos trabalhistas, organizacionais, comerciais, contratuais, imobiliários, familiares e negociações internacionais por meio da mediação; analisar os aspectos que envolvem a arbitragem como forma alternativa na resolução de conflitos.
	PSICOLOGIA FORENSE	A psicologia e a lei, responsabilidade criminal, testemunha pericial, psicologia e direito civil, imperícia, psicologia infantil e a lei, ética e psicologia, perícias psicológicas, metodologias de trabalho nos casos de adoção, vitimização de crianças e adolescentes, práticas de delitos, separações judiciais e modificações de guarda de filhos, intervenções do psicólogo no sistema judiciário, penal e forense, estudo da personalidade e seus desvios, temperamento e caráter, conceito de saúde psicológica, causas da psicopatologia, oligofrenia: importância jurídica. Psicoses orgânicas e funcionais: importância jurídica. Psiconeuroses: conceitos e tipos. Psicopatias e suas implicações na esfera jurídica, incapacidade de entendimento e determinação, exame criminológico e de cessação

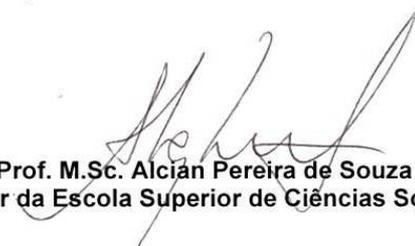


		de periculosidade.
	DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Histórico da proteção da infanto-adolescência. A situação das crianças e dos adolescentes em Manaus. O trabalho infantil no Amazonas. Crianças e Adolescentes Infratores. A criança e o adolescente na Constituição Federal, na legislação penal e civil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Poder Familiar. Família Substituta. Guarda. Tutela. Adoção. A adoção em Manaus. Direito à educação e cultura. Garantias processuais. Prática de ato infracional. Medidas socioeducativas. Medidas de proteção. Medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis. Análise jurisprudencial. Erradicação do trabalho infantil. Conselhos de Direitos. Fundo da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar. Justiça da Criança e Juventude. Ministério Público no E.C.A.
	DIREITO TRIBUTÁRIO II	Tributos em espécie: Imposto de Exportação. Imposto de Exportação, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre a Renda; Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Imposto sobre Operações Financeiras, Impostos sobre Grandes Fortunas, Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor, Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso; Contribuições Especiais: COFINS, PIS, CSSL, CPMF, CINSS, FGTS; Taxas; Contribuição de Melhoria; Empréstimos Compulsórios; e Contribuição de Iluminação Pública. Legislação tributária, obrigação tributária, crédito tributário, administração tributária. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Processo Judicial Tributário.
	PROCESSO CONSTITUCIONAL	Teoria da constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Poder constituinte. Interpretação das constituições. Classificação das constituições. Princípios constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Teoria geral do processo. Direito constitucional processual. Princípios processuais na constituição. Direito processual constitucional.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

		Remédios constitucionais. Controle de constitucionalidade. Espécies de controle. Ações constitucionais. Efeitos do controle de constitucionalidade.
	MEDICINA LEGAL	Medicina Legal no Brasil: Conceito; Perícias e Peritos. Energias vulnerantes físicas, químicas e mecânicas. Instrumentos perfurantes, cortantes e perfuro-cortantes. Asfixia, sufocação e afogamento. Diagnóstico médico de morte. Lesões. Aborto. Violência sexual. Infanticídio. Fármaco-dependência.


Prof. M.Sc. Alcian Pereira de Souza
Diretor da Escola Superior de Ciências Sociais